

---

**TJDFT**

---

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSORA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. GRATIFICAÇÃO EM ATIVIDADE DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA EM TEMPO INTEGRAL AO MAGISTÉRIO – TIDEM. DIREITO INDEVIDO À PERCEPÇÃO DA INTEGRALIDADE DA GRATIFICAÇÃO. EQUÍVOCO. DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO DE FEDERAL. REVISÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ATO EIVADO DE VÍCIO. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DE CÁLCULOS RELATIVOS À INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO. LEGALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. **(TJDFT. APELAÇÃO 20120110723534ACJ. PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL. JUÍZA: DIVA LUCY DE FARIA PEREIRA. JULGAMENTO EM 30/04/2013)..... 269**

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. RECURSO INOMINADO. ADMINISTRATIVO. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. CAESB. ATOS ADMINISTRATIVOS. PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE. HIDRÔMETRO INVERTIDO. SUBSTITUIÇÃO. CONSUMO QUE SE MANTÉM ELEVADO COM O RELÓGIO MEDIDOR NOVO E AFERIDO. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DA AUTORA. COBRANÇA DESPROPORCIONAL NÃO EVIDENCIADA. FATURA QUE REFLETE O CONSUMO DE ÁGUA DO IMÓVEL. OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. **(TJDFT. APELAÇÃO 20120111094965ACJ. PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL. JUIZ: DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI. JULGAMENTO EM 23/04/2013) ..... 271**

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AVARIAS EM VEÍCULO RECOLHIDO NO DEPÓSITO DO DETRAN/DF. DEVER DE GUARDA. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS. REPARAÇÃO DEVIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. (TJDFT. **APELAÇÃO 20120110767799ACJ. PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL. JUIZ: DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI. JULGAMENTO EM 23/04/2013**).....274

JUIZADOS ESPECIAIS. FAZENDA PÚBLICA. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EM QUE EXERCIDAS ATIVIDADES DE NATUREZA INSALUBRE. TRABALHO INSALUBRE NÃO EXERCIDO DE FORMA CONTÍNUA, MAS INTERMITENTE. CONDIÇÃO QUE NÃO AFASTA O DIREITO À PERCEPÇÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. VERBA DE CARÁTER REMUNERATÓRIO, DAÍ PORQUE NECESSÁRIA SUA INTEGRAÇÃO A PARCELAS RELATIVAS A FÉRIAS, DÉCIMO TERCEIRO E AFASTAMENTOS LEGAIS. AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. PAGAMENTO RETROATIVO PELO EXERCÍCIO DE ATRIBUIÇÃO INSALUBRE. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RENÚNCIA TÁCITA AO PRAZO PRESCRICIONAL. RECONHECIMENTO EXPRESSO DO DIREITO À CONTAGEM ESPECIAL DE TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES INSALUBRES. NULIDADE DECLARADA DE ATO ADMINISTRATIVO ANTERIORMENTE EDITADO, O QUAL AFIRMOU INEXISTENTE O POSTULADO DIREITO AO RECEBIMENTO DO ADICIONAL DE REMUNERAÇÃO. RENÚNCIA ADMINISTRATIVA TÁCITA AO PRAZO PRESCRICIONAL. PAGAMENTO NÃO REALIZADO. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. (TJDFT. **APELAÇÃO 20110111819146ACJ. PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL. JUÍZA: DIVA LUCY DE FARIA PEREIRA. JULGAMENTO EM 23/04/2013**).....276

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E DETRAN. TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO. RECURSO DO SEGUNDO RÉU (DETRAN): PRELIMINAR DE CARÊNCIA DA AÇÃO POR ILEGITIMIDADE PASSIVA “AD CAUSAM” REJEITADA. HÁ PERTINÊNCIA SUBJETIVA EM DEMANDA AJUIZADA EM DESFAVOR DO ÓRGÃO DE TRÂNSITO BUSCANDO A BAIXA DE GRAVAME. RECURSO DO PRIMEIRO DEMANDADO. (X). QUITAÇÃO DE FINANCIAMENTO. AUSÊNCIA DE BAIXA EM GRAVAME INCIDENTE SOBRE NOME DE TERCEIRO. IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO PELA AUTORA/RECORRIDA. ALEGAÇÃO DO RECORRENTE DE AUSÊNCIA DE QUITAÇÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO. DEVER DE BAIXAR O GRAVAME CARACTERIZADO. RECURSOS CONHECIDOS. PRELIMINAR REJEITADA. IMPROVIDOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. (TJDFT. **APELAÇÃO 20120110435623ACJ. PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL. JUIZ: FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA. JULGAMENTO EM 02/04/2013)**..... 302

---

## TJRJ

---

RENOVAÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO - ÓBICE ADMINISTRATIVO IMPEDINDO O AUTOR DE INICIAR O PROCEDIMENTO - SENTENÇA QUE CONDENA O RÉU A ULTIMAR A RENOVAÇÃO, QUANDO O PEDIDO FORMULADO NA INICIAL RESTRINGIA-SE À RETIRADA DO BLOQUEIO - SENTENÇA EXTRA PETITA - NULIDADE – PROVIMENTO PARCIAL. (TJRJ. **RECURSO INOMINADO Nº RECURSO INOMINADO Nº 0317691-29.2012.8.19.000. JUIZ: LUIZ FERNANDO DE ANDRADE PINTO. JULGADO EM 05 DE ABRIL DE 2013)** .....305

GUARDA MUNICIPAL - PEDIDO ANULATÓRIO DO ATO ADMINISTRATIVO QUE ELIMINOU A RECORRENTE DO CERTAME EM RAZÃO DO LIMITE DE IDADE - EXIGÊNCIA DO EDITAL QUE, MUITO EMBORA SE MOSTRE COMPATÍVEL COM A FUNÇÃO A SER EXERCIDA, NÃO POSSUI

**EMBASAMENTO LEGAL - PROVIMENTO. (TJRJ. RECURSO INOMINADO Nº RECURSO INOMINADO Nº 0450070-65.2012.8.19.0001. JUIZ LUIZ FERNANDO DE ANDRADE PINTO. JULGADO EM 05 DE ABRIL DE 2013).... 310**

**LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - IMPOSSIBILIDADE DE O ESTADO SE APROVEITAR DA FORÇA LABORATIVA DE SEUS SERVIDORES – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. (TJRJ. RECURSO Nº 2013.700.15346. JUIZ LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA MARQUES. JULGADO EM 05 DE ABRIL DE 2013 ..... 314**

**SERVIDOR PÚBLICO - FUNDO SAÚDE - DEVOLUÇÃO DOS VALORES - PEDIDO CUJO VALOR PODERÁ SER AUFERIDO MEDIANTE SIMPLES OPERAÇÕES ARITMÉTICAS - LIQUIDEZ RECONHECIDA - CAUSA EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO E MADURA – PROVIMENTO. (TJRJ. RECURSO INOMINADO Nº RECURSO INOMINADO Nº 0345996-23.2012.8.19.0001. JUIZ LUIZ FERNANDO DE ANDRADE PINTO. JULGADO EM 22 DE MARÇO DE 2013) ..... 316**

**GUARDA MUNICIPAL. - DESVIO DE FUNÇÃO - EXERCÍCIO DE ATIVIDADES COMO CHEFE DE SEÇÃO G4 - FUNÇÃO CUJO EXERCÍCIO CABE PREFERENTEMENTE AO SUBINSPETOR (G4) OU, NO SEU IMPEDIMENTO, POR QUALQUER GM INDICADO PELO GM - AUSÊNCIA DE OCORRÊNCIA DO DESVIO DE FUNÇÃO ALEGADO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - DESPROVIMENTO. (TJRJ. RECURSO Nº 2013.700.20292. JUIZ JOÃO FELIPE NUNES FERREIRA MOURÃO. JULGADO EM 22 DE MARÇO DE 2013).....321**

**MANDADO DE SEGURANÇA - CUMPRIMENTO DO ART.730 DO CPC – RPV – CONCESSÃO DA SEGURANÇA. (TJRJ. PROCESSO Nº 0000001665-95.2012.8.19.9000. JUÍZA DANIELLA ALVAREZ PRADO. JULGADO EM 08 DE MARÇO DE 2013) .....323**

POLICIAL MILITAR - CONVERSÃO DE PERÍODO DE FÉRIAS EM PECÚ-  
NIA – PROVIMENTO. (TJRJ. PROCESSO Nº 0169883-20.2012.8.19.0001.  
**JUÍZA DANIELLA ALVAREZ PRADO. JULGADO EM 08 DE MARÇO DE  
2013**)).....324

MANDADO DE SEGURANÇA - RPV - VALOR EXECUTADO INCONTRO-  
VERSO - CONCESSÃO. (TJRJ. PROCESSO Nº 0001446-82.2012.8.19.9000.  
**JUÍZA DANIELLA ALVAREZ PRADO. JULGADO EM 14 DE JANEIRO DE  
2013**).....328

REGRA DO ART. 730 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - REQUISIÇÃO DE  
NUMERÁRIO PARA PAGAMENTO DE CONDENAÇÃO SEM A INTIMAÇÃO  
DO ESTADO - NECESSÁRIA A OBSERVÂNCIA DA POSSIBILIDADE DE  
IMPUGNAÇÃO DOS VALORES EXIGIDOS, UMA VEZ QUE OS MESMOS  
POSSUEM NATUREZA PÚBLICA. - CONCESSÃO DA SEGURANÇA. (TJRJ.  
**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2012.700.76815. JUIZ LUIZ HENRIQUE  
OLIVEIRA MARQUES. JULGADO EM 14 DE DEZEMBRO DE 2012**).....329

SUSPENSÃO DOS DESCONTOS A TÍTULO DE FUNDO DE SAÚDE –  
CONFLITO DE COMPETÊNCIA – INEXISTENCIA DE CARÁTER TRIBU-  
TÁRIO -PROCEDÊNCIA. (TJRJ. RECURSO Nº 2012.700.89239. **JUIZ LUIZ  
HENRIQUE OLIVEIRA MARQUES. JULGADO EM 30 DE NOVEMBRO  
DE 2012**) ..... 332

CONCURSO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS - EN CER-  
RAMENTO DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME - IMPOSSIBILIDA-  
DE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADA - IMPOSSIBILIDADE, NO ENTAN-  
TO, DE ANÁLISE DO MÉRITO DA DEMANDA EM RAZÃO DE VIOLAÇÃO  
AO PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E DA AMPLA DEFEN-  
SA - CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. ANULAÇÃO  
EX OFFICIO DA SENTENÇA. (TJRJ. RECURSO Nº 2013.700.08267. **JUIZ  
JOÃO FELIPE NUNES FERREIRA MOURÃO. JULGADO EM 22 DE MARÇO  
DE 2013**) ..... 335

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - VEÍCULO ESTACIONADO NO RIO ROTATIVO - TENTATIVA DE FURTO QUE DANIFICA A CHAVE DE IGNIÇÃO - EMBORA O MUNICÍPIO TENHA DELEGADO A ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO PRESERVOU A TITULARIDADE DOS ESPAÇOS DESTINADOS A ESTE FIM – PROVIMENTO. (TJRJ. RECURSO INOMINADO Nº 0212545-96.2012.8.19.0001. JUIZ LUIZ FERNANDO DE ANDRADE PINTO. JULGADO EM 05 DE ABRIL DE 2013)..... 338

GUARDA MUNICIPAL - CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO ATIVO, PARA QUE SEJA AUTORIZADA CONVOCAÇÃO PARA A ETAPA SEGUINTE DO CERTAME - IDADE SUPERIOR À MÁXIMA EXIGIDA NO EDITAL – PROVIMENTO. (TJRJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2012.700.70940. JUIZ JOÃO FELIPE NUNES FERREIRA MOURÃO. JULGADO EM 08 DE MARÇO DE 2013) ..... 344

---

## TJRO

---

CONSTITUCIONAL. ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA MATERIAL DE UNIDADE JUDICIÁRIA. AUTONOMIA DO TRIBUNAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INTERVALO INTRAJORNADA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. LEI COMPLEMENTAR N. 68/92. PAGAMENTO INDEVIDO. A AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DOS TRIBUNAIS, ASSEGURADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUTORIZA A ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA MATERIAL DE UNIDADE JUDICIÁRIA. CONSTITUCIONALIDADE DA RESOLUÇÃO QUE INSTALOU JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRABALHADOR PARA EXERCER EM CARÁTER EMERGENCIAL. FUNÇÃO TÍPICA SERVIDOR PÚBLICO NÃO É REGIDA PELA CONSOLIDAÇÃO DA LEIS DO TRABALHO E SIM PELA LEI COMPLEMENTAR N. 68/92. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE RONDÔNIA. É INDEVIDO O PAGAMENTO REFERENTE AO INTERVALO INTRAJORNADA AO SERVIDOR

EMERGENCIAL, CONTRATADO TEMPORARIAMENTE, EM RAZÃO DE A LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL ESTABELECEER REGIME PRÓPRIO DE CUMPRIMENTO DE JORNADA DE TRABALHO E NÃO PREVER TAL BENEFÍCIO. (TJRO. Nº 0013590-06.2010.8.22.0002. TURMA RECURSAL PORTO VELHO. JUIZ: MARCELO TRAMONTINI. JULGAMENTO EM 21/09/2012) .....350

ADMINISTRATIVO. CURSO DE FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA. COMPROVAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NÃO CONDICIONADA A COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS. RESSARCIMENTO DEVIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. PREVISTO NO EDITAL QUE O ALUNO DEVIDAMENTE MATRICULADO NO CURSO DE FORMAÇÃO FAZ JUS A BOLSA DE ESTUDO NO PERCENTUAL DE 30% (TRINTA POR CENTO), NÃO SE TORNA RAZOÁVEL A EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS, COM INTUITO DE TÃO SOMENTE SE EXIMIR DE SUAS RESPONSABILIDADES. (TJRO. Nº 0001170-35.2011.8.22.0001. TURMA RECURSAL PORTO VELHO. JUÍZA: EUMA MENDONÇA TOURINHO. JULGAMENTO EM 21/09/2012) ..... 356

MANDADO SEGURANÇA - DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE ARIQUEMES - CONSIDEROU INTEMPESTIVO O RECURSO INOMINADO INTERPOSTO E DECLAROU DE IMEDIATO O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA ANTERIORMENTE PROFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO Nº. 00082000-21.2011.822.0002. NÃO HÁ FUNDAMENTOS RELEVANTES A ENSEJAR A REFORMA DA DECISÃO IMPUGNADA. EM RAZÃO DA ESPECIALIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS NÃO SE APLICA O DISPOSTO NO ARTIGO 241, IV, DO CPC. QUESTÃO PROCESSUAL SOBRE A QUAL JÁ EXISTE ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE TODO O PAÍS, EXPRESSO NO ENUNCIADO Nº. 13 DO FONAJE, QUE DIZ: “OS PRAZOS PROCESSUAIS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, CONTAM-SE DA DATA DA INTIMAÇÃO OU CIÊNCIA DO ATO RESPECTIVO, E NÃO DA JUNTADA DO COMPROVANTE DA INTIMAÇÃO. (TJRO. Nº 0000918-61.2012.8.22.9001. TURMA RECURSAL POR-

**TO VELHO. JUÍZA: EUMA MENDONÇA TOURINHO. JULGAMENTO EM 21/09/2012) ..... 360**

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. PRESCRIÇÃO 05 (CINCO) ANOS. ENTENDIMENTO PACIFICADO NO STJ. NAS AÇÕES DE REPARAÇÃO CIVIL ENVOLVENDO A FAZENDA PÚBLICA, ADOTA-SE O PRAZO PRESCRICIONAL DE 05 (CINCO) ANOS CONFORME PRECONIZA DECRETO N.º. 20.910/1932, NÃO DEVENDO PREVALECER A TESE DA APLICAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 206 DO CC. (TJRO. N.º 0012589-83.2010.8.22.0002. TURMA RECURSAL PORTO VELHO. **JUÍZA: EUMA MENDONÇA TOURINHO. JULGAMENTO EM 22/06/2012).....363**

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. VALOR DA CAUSA. LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO. O LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO É INSTRUMENTO JURÍDICO QUE VALORIZA A EFICIÊNCIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, EVITANDO-SE A MULTIPLICIDADE DE PROCESSOS COM A MESMA CAUSA DE PEDIR. A SUA OPÇÃO NÃO PODE SER MOTIVO JUSTIFICADOR DE AFASTAMENTO DA COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA QUANDO AS PRETENSÕES INDIVIDUAIS SE MANTIVEREM DENTRO DO VALOR DE ALÇADA. POR SE TRATAR DE COMPETÊNCIA ABSOLUTA, FIXADA POR LEI, NÃO PODE SE SUJEITAR AO ARBÍTRIO DA PARTE AUTORA QUE PODE PRETENDER OU NÃO PROPOR AÇÃO COLETIVA. (TJRO. N.º 0005544-74.2010.8.22.0601. **TURMA RECURSAL PORTO VELHO. JUIZ: DALMO ANTÔNIO DE CASTRO BEZERRA. JULGAMENTO EM 27/04/2012) ..... 368**

---

## TJRS

---

RECURSO INOMINADO. CONCURSO PÚBLICO. CARREIRAS DE ESCRIVÃO E INSPETOR DE POLÍCIA. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PREVISTA EM

LEI. EDITAL QUE ESTABELECE CRITÉRIOS SUBJETIVOS. INVALIDADE DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. IMPOSSIBILIDADE DE SER DECLARADA APTIDÃO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DE NOVO EXAME. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXIGÊNCIA LEGAL PARA O CARGO. AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO.1. INEXISTE PREVISÃO LEGAL PARA A INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO RETIDO NOS JUIZADOS ESPECIAIS, MOTIVO PELO QUAL DEIXO DE CONHECÊ-LO.2. EXIGÊNCIA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PREVISTA EM LEI, CUJOS CRITÉRIOS DEVEM ESTAR OBJETIVAMENTE TRAÇADOS, POSSIBILITANDO O CONTROLE JURISDICIONAL DA LEGALIDADE, DA CORREÇÃO E DA RAZOABILIDADE DOS PARÂMETROS UTILIZADOS. 3. EDITAL N. 55/2010 QUE ESTABELECE CRITÉRIOS SUBJETIVOS DE AVALIAÇÃO PARA OS CARGOS DE ESCRIVÃO E INSPETOR DE POLÍCIA. PRECEDENTES DESTA TURMA.4. MANTIDA SENTENÇA QUANTO À DECLARAÇÃO DE INVALIDADE DO EXAME REALIZADO.5. HAVENDO EXPRESSA EXIGÊNCIA LEGAL NA LEI ESTADUAL Nº 12.350/2005 QUANTO À NECESSIDADE DE O CANDIDATO APRESENTAR APTIDÃO PSICOLÓGICA ADEQUADA AO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES INERENTES À CARREIRA POLICIAL PARA PROSSEGUIMENTO NO CERTAME, NÃO HÁ COMO SER DECLARADA SUA APTIDÃO, HABILITANDO-O ÀS PRÓXIMAS FASES SEM A REALIZAÇÃO DE NOVO EXAME QUE O HABILITE À ATIVIDADE.6. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE EXAME SUBSTITUTIVO, EVITANDO-SE A SUPRESSÃO DE UMA FASE DO CONCURSO, MEDIANTE A PRÉVIA DISPONIBILIZAÇÃO, AO CANDIDATO, DOS CRITÉRIOS OBJETIVOS ADOTADOS, A FIM DE SANAR O VÍCIO IDENTIFICADO NO EDITAL.7. ALTERNATIVAMENTE, EM NÃO HAVENDO DISPONIBILIDADE DO CUMPRIMENTO DA DECISÃO NESTES TERMOS, O NOVO EXAME DEVERÁ SE REALIZAR NOS MOLDES DO REGULAMENTO DA LEI DO PORTE DE ARMAS (LEI Nº 10.826/2003).À UNANIMIDADE, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO ESTADO, VENCIDO EM PARTE O DR. RICARDO, QUE O PROVIA EM MENOR EXTENSÃO. **(TJRS. RECURSO INOMINADO Nº 71004353405. TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. JUIZ: ANTONIO VINICIUS AMARO DA SILVEIRA. JULGAMENTO EM 24/04/2013)**.....377

AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO INOMINADO, POR SER ESTE MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. A LEI 12.153/2009, QUE DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA SÓ ADMITE RECURSO CONTRA SENTENÇA E DECISÃO QUE DEFERE PROVIMENTO LIMINAR. A PAR DA EXPRESSA LIMITAÇÃO LEGAL, A PRETENSÃO RECURSAL CONTRA INDEFERIMENTO DE PROVIMENTO LIMINAR NÃO SE COADUNA COM OS PRÓPRIOS PRINCÍPIOS DA CELERIDADE, INFORMALIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL, QUE, LASTREADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 98, I), ORIENTAM SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (TJRS. AGRAVO INTERNO Nº 71004317368. TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. JUIZ: RICARDO BERND. JULGAMENTO EM 01/04/2013)..... 413

RECURSO INOMINADO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO FEITO EX OFFICIO. ESTE COLEGIADO, COM O JULGAMENTO, EM 19/7/2012, DO RI 71003851367, FIRMOU ENTENDIMENTO DE QUE, QUANDO A DEFINIÇÃO DO QUANTUM DEBEATUR PRESCINDIR DE PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, POR APURÁVEL MEDIANTE MERO CÁLCULO ARITMÉTICO DOS VALORES PERSEGUIDOS, A PETIÇÃO INICIAL DEVE, NECESSARIAMENTE, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, VIR APARELHADA COM A COMPETENTE MEMÓRIA DISCRIMINADA DE CÁLCULO, ANTE A NECESSIDADE DE VEICULAÇÃO DE PEDIDO LÍQUIDO E CERTO, NO ÂMBITO DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. RELEVANTE DESTACAR QUE TAL ASPECTO GANHA RELEVO, INCLUSIVE, FACE À NECESSIDADE DE AFERIÇÃO COM O VALOR DE ALÇADA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA, PRESSUPOSTO PARA DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA, QUE É ABSOLUTA. FEITO EXTINTO, EX OFFICIO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. APELO PREJUDICADO. (TJRS. RECURSO INOMINADO Nº 71004182697. TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. JUIZ: RICARDO BERND. JULGAMENTO EM 01/04/2013)..... 416

RECURSO INOMINADO. SERVIDOR PÚBLICO. MAGISTÉRIO. TERÇO DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA EM PERÍODO DE FÉRIAS SUPERIOR A TRINTA DIAS. AUSÊNCIA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO. EXTINÇÃO. 1. INSTADO A APRESENTAR MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA O REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO, A PARTE AUTORA PROTOCOLOU A PETIÇÃO, DIRECIONADA AO JUIZADO ESPECIAL E COM REFERÊNCIA AO N.º DO PROCESSO, EM VARA DISTINTA NO FORO CENTRAL. 2. AINDA QUE SE POSSA CONSIDERAR EQUÍVOCO ESCUSÁVEL, NO PRESENTE CASO, VISLUMBRO QUE O PROTOCOLO SE DEU EM DATA POSTERIOR AO PRAZO DETERMINADO PELO JUÍZO. SENTENÇA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, CONFORME ART. 46 DA LEI 9.099/95. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME. **(TJRS. RECURSO INOMINADO Nº 71004268025. TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. JUIZ: ANTONIO VINICIUS AMARO DA SILVEIRA. JULGAMENTO EM 19/02/2013)** ..... 419

RECURSO INOMINADO. DECISÃO MONOCRÁTICA (ART. 7º, X, DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS E ART. 557 DO CPC). COBRANÇA. CONTRATO DE ESTÁGIO. DIFERENÇA BOLSA AUXÍLIO. PRETENSÃO QUE DEVE SER DIRIGIDA EM FACE DA FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS – FDRH. COMPETÊNCIA DA FAZENDA PÚBLICA. SENDO A FDRH UMA ENTIDADE ESTADUAL, CRIADA COM PATRIMÔNIO PÚBLICO E VINCULADA AO ESTADO, COM PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, A COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DA DEMANDA É DO JUÍZO DA FAZENDA PÚBLICA. O JUIZADO ESPECIAL CÍVEL NÃO É COMPETENTE PARA JULGAMENTO DAS AÇÕES DE INTERESSE DA FAZENDA PÚBLICA, POR FORÇA DO DISPOSTO NO ART. 3º, §2º, DA LEI Nº 9.099/95. FEITO EXTINTO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, ANTE O RECONHECIMENTO DA INCOMPETÊNCIA DO JEC PARA O JULGAMENTO DA CAUSA. FEITO EXTINTO, DE OFÍCIO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. **(TJRS. RECURSO INOMINADO Nº 71004248753. TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL. JUÍZA: ADRIANA DA SILVA RIBEIRO. JULGAMENTO EM 10/01/2013)** ..... 422

---

## TJSE

---

JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA. FURTO DE BICICLETA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA COMPROVADA DIANTE DA OMISSÃO DOS VIGILANTES DO POSTO DE SAÚDE. VALORAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL. NO CASO DE PROVA TESTEMUNHAL O MAGISTRADO QUE TEVE CONTATO DIRETO COM AS PARTES EXERCE MELHOR JUÍZO PARA DECIDIR A VERSÃO VEROSSÍMIL. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. **(TJSE. RECURSO INOMINADO Nº 201301000202. TURMA RECURSAL DO ESTADO DE SERGIPE. JUIZA: ELVIRA MARIA DE ALMEIDA SILVA. JULGAMENTO EM 30/04/2013)**.....427

ADMINISTRATIVO – ADICIONAL COMPLEMENTO – SUPRESSÃO SUMÁRIA DA VANTAGEM – ARTIGO 3º LEI ESTADUAL 3.803/1996 – AUSÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL – SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. **(TJSE. RECURSO INOMINADO Nº 201301001941. TURMA RECURSAL DO ESTADO DE SERGIPE. JUIZA: CLÉA MONTEIRO ALVES SCHLINGMANN. JULGAMENTO EM 23/04/2013)**..... 431

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONTRATO TEMPORÁRIO. PRORROGAÇÃO INDEVIDA. VERBAS SALARIAIS DEVIDAS. 13º SALÁRIO PROPORCIONAL E FÉRIAS PROPORCIONAIS DEVIDOS. PRECEDENTES DO STF E DO TJ/SE. PRECEDENTES DESTA TURMA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. **(TJSE. RECURSO INOMINADO Nº 201201009346. TURMA RECURSAL DO ESTADO DE SERGIPE. JUIZ: DIÓGENES BARRETO. JULGAMENTO EM 18/04/2013)**..... 440

ADMINISTRATIVO - APOSENTADORIA ESPECIAL - INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA - AUSÊNCIA DE RENÚNCIA AUTORAL AO VALOR EXCEDENTE – SENTENÇA MANTIDA PELOS

**PRÓPRIOS FUNDAMENTOS - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (TJSE. RECURSO INOMINADO Nº 201201008711. TURMA RECURSAL DO ESTADO DE SERGIPE. JUIZ: DIÓGENES BARRETO. JULGAMENTO EM 16/04/2013) ..... 444**

RECURSO INOMINADO. JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA. DEMORA NA CONCLUSÃO DO PROCESSO DE APOSENTADORIA. MORA IMPUTÁVEL AO ESTADO. SERVIDOR QUE CONTINUOU A TRABALHAR PARA O ESTADO APÓS PREENCHER OS REQUISITOS DA APOSENTADORIA. OS EFEITOS DA APOSENTAÇÃO RETROAGEM À DATA DO PROTOCOLO DO REQUERIMENTO. ART. 2º, LEI ESTADUAL Nº 2575/85. VÍNCULO JURÍDICO EFETIVO ENTRE ESTADO E SERVIDOR EXTINTO EM FEVEREIRO DE 2009. DIREITO A INDENIZAÇÃO DOS 40% DO VENCIMENTO DE CARGO EM COMISSÃO NÃO PAGOS APÓS FEVEREIRO DE 2009 QUANDO DESAPARECEU A VEDAÇÃO LEGAL AO RECEBIMENTO DE 100% DO CARGO EM COMISSÃO. SALÁRIO EM COMISSÃO QUE DEVERIA TER SIDO PAGO NA INTEGRALIDADE APÓS A APOSENTAÇÃO. ACRÉSCIMO DE FÉRIAS E GRATIFICAÇÃO NATALINA. INDENIZAÇÃO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS INACOLHIDA. AJUSTE DE HONORÁRIOS É LIBERALIDADE ENTRE PARTE E SEU PATRONO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. **(TJSE. RECURSO INOMINADO Nº 201201008702. TURMA RECURSAL DO ESTADO DE SERGIPE. JUIZ: DIÓGENES BARRETO. JULGAMENTO EM 16/04/2013) ..... 448**